

Público

21-03-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Política

Dimensão: 315 cm²

Imagem: N/Cor

Página (s): 15

Denúncia antes do assalto a Tancos consta do inquérito do Ministério Público

Comissão de inquérito
Nuno Ribeiro

A procuradora Lucília Gago, ao contrário de Joana Marques Vidal, não põe em causa a continuidade da Polícia Judiciária Militar

A denúncia anónima alertando para um roubo em instalações militares da zona centro, recebida pela PJ meses antes do assalto a Tancos, em Junho de 2017, consta do processo de investigação do Ministério Público (MP), revelou ontem a procuradora-geral da República à comissão parlamentar de inquérito. “A denúncia

anónima não foi desprezada”, garantiu Lucília Gago.

“Em termos formais, os requerimentos do Ministério Público não foram atendidos”, disse, referindo-se à decisão do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa de que era então titular o juiz Ivo Rosa de não permitir escutas. Antes de chegar ao juiz que actualmente dirige a instrução do *Processo Marquês*, o requerimento do MP já tinha chocado com as decisões de procuradores do Porto e Leiria que consideraram que os factos apontados eram demasiado vagos.

“A denúncia está apensa no processo único”, descreveu a procuradora-geral da República. Pelo que nele existem três partes: a denúncia de Abril de 2017, o roubo a 27 de Junho

em Tancos, e o achamento, na Chamusca, a 18 de Outubro de 2017.

Sobre a sugestão feita esta terça-feira aos deputados pela sua antecessora, Joana Marques Vidal, de ser aberta uma reflexão sobre o futuro da Polícia Judiciária Militar como órgão de polícia criminal autónomo, Lucília Gago manifestou uma opinião diferente. “Não me foram colocados factos que me levem a um juízo de desvalor da PJM, o facto de ter acontecido um caso, ainda que grave, com quadros da PJM não leva a pôr em causa aquela polícia”, ressaltou sobre a obstaculização dos militares à acção da PJ. Destacou, ainda, que não se deve alterar legislação “a quente”.

nuno.ribeiro@publico.pt